

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM** **31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.164-910, onde se localiza também sua unidade fabril e tem como principal atividade a fabricação de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos, através da fundição de metais ferrosos e não ferrosos, com fornecimento para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código “ON RSUL3” e “PN RSUL4”.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta um passivo circulante de R\$ 154.055 em contraposição ao ativo circulante de R\$ 30.850, gerando passivos circulantes superiores em R\$ 123.205 (R\$ 105.139 em 31 de dezembro de 2015).

Com base no planejamento estratégico para os próximos cinco anos, a Companhia vem adotando diversas ações para recuperação de sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, destacando-se as seguintes frentes de trabalhos:

a) Sistema de gestão produtiva: aprimoramento do controle interno do processo de planejamento da produção através da implantação do sistema *lean* de produção, treinamento dos profissionais, integração entre as áreas produtivas e o fluxo de produção, gerando ganho em escala nos processos produtivos, resultando na redução de custos fixos e variáveis.

b) Participação no mercado: preservação dos mercados e produtos já existentes e recuperação de margem dos produtos, ampliando principalmente a participação da Companhia no mercado interno de reposição e exportação.

c) Despesas financeiras: adequação do endividamento através da negociação de créditos, harmonizando as despesas financeiras em busca do equilíbrio do resultado da Companhia.

A Companhia manteve a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual e, também o controle de novos investimentos. Continuamos focados no gerenciamento do fluxo de caixa, com a renegociação das dívidas tributárias e de dívidas com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de janeiro de 2017.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, banco conta vinculada, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

2.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.8 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

2.9 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios e dependências	35 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 6,67% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.11 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Arrendamentos financeiros

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro 2015 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

2.13 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para litígios (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Venda de produtos e serviços

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos pelo curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece receita quando:

- i) Ocorrer à transferência para o comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- iii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- iv) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com as vendas tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especializações de cada venda.

2.15 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	4%, 7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de integração social	1,65%
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	7,6%
INSS – Instituto nacional seguridade social	2,5%

2.16 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

3. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2016. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor de mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,
- c) constituição de provisão para perdas nos estoques.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	1	-
Banco conta movimento	6	60
Total de caixa e equivalente a caixa	7	60

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2016	31/12/2015
Banco conta corrente vinculada a empréstimos	42	39
Títulos de capitalizações	159	260
Total de bancos e aplicações financeiras	201	299
Circulante	184	273
Não circulante	17	26

6. CLIENTES

	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber de clientes mercado interno	12.841	11.241
Contas a receber de clientes mercado externo	4.729	8.267
Total do contas a receber	17.570	19.508
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.219)	(1.657)
Total de clientes	16.351	17.851

Contas a receber de clientes por idade de vencimento	31/12/2016	31/12/2015
Títulos a vencer superior a 90 dias	479	1.038
Títulos a vencer até 90 dias	14.074	13.700
Vencidos em até 90 dias	2.144	2.562
Vencidos de 90 a 180 dias	32	446
Vencidos superior a 180 dias	841	1.762
Contas a receber de clientes	17.570	19.508

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para créditos de liquidação duvidosa	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício/período	(1.657)	(2.619)
Adições	(304)	(1.471)
Baixas	742	2.433
Saldo no final do exercício/período	(1.219)	(1.657)

7. ESTOQUES

	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	5.989	6.704
Mercadorias para revenda	896	1.791
Produtos em elaboração	1.737	2.787
Matéria prima	1.578	1.576
Almoxarifado	3.617	3.876
Provisão para estoques obsoletos	(940)	(917)
Total dos estoques	12.877	15.817

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para estoques obsoletos	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício/período	(917)	(1.247)
Adições	(219)	(329)
Baixas	196	659
Saldo no final do exercício/período	(940)	(917)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2016	31/12/2015
PIS a recuperar	9	4
COFINS a recuperar	42	19
ICMS a recuperar	992	949
IRRF a recuperar	78	77
Total impostos a recuperar	1.121	1.049
Circulante	1.043	972
Não circulante	78	77

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos e Edifícios mantidos para investimentos	26.700	24.715
Total propriedades para investimento	26.700	24.715

As propriedades para investimento (substancialmente terrenos) são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por Companhia especializada e independente.

As principais premissas utilizadas pelos especialistas para apurar o valor do imóvel pelo método comparativo direto foram as seguintes:

- Amostras de mesmo zoneamento no plano diretor do município.
- Tempo de venda: Até 3 anos.
- Tempo de implantação: Até 6 meses.
- Impostos e taxas de corretagem: Aplicado de acordo com a legislação vigente.

10. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	
Saldo em 31/12/2014	34.952	20.436	52.067	428	420	295	8.758	117.356
Adições	-	-	510	17	16	-	1.428	1.971
Baixas	-	-	-	(2)	-	-	(1.451)	(1.453)
Transferências	-	474	3.219	52	32	37	(3.814)	-
Depreciação	-	(671)	(4.896)	(131)	(91)	(47)	-	(5.836)
Baixas da depreciação	-	-	-	2	-	-	-	2
Saldo em 31/12/2015	34.952	20.239	50.900	366	377	285	4.921	112.040
Adições	-	-	4.522	69	15	138	947	5.691
Baixas	-	-	(2.608)	-	-	(189)	(3.500)	(6.297)
Transferências	-	346	541	-	-	-	(887)	-
Depreciação	-	(702)	(4.779)	(133)	(82)	(44)	-	(5.740)
Baixas da depreciação	-	-	894	9	3	81	-	987
Saldo em 31/12/2016	34.952	19.883	49.470	311	313	271	1.481	106.681

Nas demonstrações financeiras a depreciação foi registrada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizando R\$ 5.740, sendo R\$ 5.625 classificadas como custos, R\$ 29 como despesas comerciais e R\$ 86 como despesas administrativas (R\$ 5.717, R\$ 39, R\$ 80, respectivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos. Baixas de imobilizado em andamento referem-se à venda de ferramental.

11. INTANGÍVEL

	Marcas e patentes	Programas de computador	Total
Taxa anual de amortização	-	20%	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22	474	496
Adições	-	190	190
Amortizações	-	(110)	(110)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22	554	576
Adições	-	515	515
Amortizações	-	(175)	(175)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22	894	916

As despesas com amortizações totalizam R\$ 175, e foram registradas ao resultado como R\$ 103 em "custo dos produtos vendidos", o montante de R\$ 10 como "despesas comerciais" e o montante de R\$ 62 como "despesas administrativas" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 50, R\$ 10, R\$ 50, respectivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

12. FORNECEDORES

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores de mercadorias	5.251	7.086
Fornecedores de serviços	2.018	6.055
Total fornecedores	7.269	13.141

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Juros mensal	Garantias	31/12/2016	31/12/2015
Capital de Giro	2,18%+CDI e 100% do CDI	Duplicata/Hipoteca	15.439	23.095
ACC	15% ao ano	Aval	802	11.025
Conta Garantida	2,15% +CDI	Duplicata	1.283	1.500
Empréstimo	0,33% a 0,59% + TJLP	Hipoteca	1.632	2.705
Finame/Finep	0,21% a 0,41% + TJLP	Alienação Fiduciária	732	1.220
Prodec	2% ao ano		5.001	5.184
Limite	2,5% a 13,75%		97	271
Total de empréstimos e financiamentos			24.986	45.000
Circulante			20.047	33.698
Não circulante			4.939	11.302

Por data de vencimento	31/12/2016	31/12/2015
Em até 6 meses	16.648	30.345
De 6 meses a 1 ano	3.399	3.353
De 1 a 2 anos	4.933	6.357
De 2 a 3 anos	6	4.940
De 3 a 4 anos	-	5
Total de empréstimos e financiamentos	24.986	45.000

Os contratos mantidos com as instituições financeiras não apresentam cláusulas restritivas ("Covenants").

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2016	31/12/2015
Salários a pagar	1.573	2.231
Provisão de férias a pagar	4.243	4.492
INSS a recolher	31.242	19.167
FGTS a recolher	240	813
IRRF sobre salários recolher	5.496	3.513
Acordos Trabalhistas	1.319	2.548
Outros	5.872	1.745
Total obrigações sociais e trabalhistas	49.985	34.509

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2016	31/12/2015
PIS	7.391	5.564
COFINS	41.939	32.793
ICMS	15.849	10.121
Outros	244	140
Total obrigações tributárias	65.423	48.618

16. PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

	31/12/2016	31/12/2015
ICMS	9.435	9.638
FGTS	2.999	1.762
Refis	43.011	39.861
Outros	268	3.367
Total parcelamento tributário	55.713	54.628
Circulante	9.317	9.228
Não circulante	46.396	45.400

Refis

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº 12.996/2014. Foram inclusos no programa valores devidos de PIS, COFINS, IRRF e contribuições previdenciárias. Os pedidos de parcelamento, protocolados em 29 de agosto de 2014, serão liquidados em 180 meses com atualização monetária pela variação da Selic.

Em 22 de agosto de 2015, a Companhia efetuou junto à Receita Federal a consolidação parcial dos débitos do Refis. A consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados, com o objetivo de reduzir o valor das parcelas mensais e garantir a adimplência do parcelamento. A consolidação resultou na exclusão de débitos de PIS e COFINS inclusos na adesão.

Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

Saldo devedor original	97.261
Multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas	(14.426)
Redução de multa e juros conforme lei 11.941/09	(24.304)
	<hr/>
Amortizações ocorridas	(15.154)
Estorno multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas – Consolidação (Nota 17)	2.596
Estorno redução de multa e juros - Consolidação	5.110
Exclusão parcial dos débitos inclusos - Consolidação	(19.751)
Apropriação juros s/ saldo devedor	11.679
	<hr/>
	43.011
(-) Parcela classificada no circulante	(6.397)
Passivo não circulante	<hr/> 36.614 <hr/>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social - conciliação com o resultado

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo antes dos impostos	(18.646)	(38.686)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	6.340	13.153
Prejuízos Fiscais e Base Negativa - Tributos Não Constituídos	(3.239)	(33.292)
Efeito sobre diferenças permanentes		
Refis	-	(1.737)
Brindes	(24)	(31)
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(122)	301
Imposto de renda e contribuição social efetivo	<hr/> 2.955 <hr/>	<hr/> (21.606) <hr/>

Imposto de renda corrente	-	-
Imposto de renda diferido	2.955	(21.606)

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	414	563
Provisão para estoque obsoleto	320	312
Provisão multas e juros (INSS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS)	9.163	5.778
Provisão comissões a pagar	135	115
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(525)	(524)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(14.748)	(15.300)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 - RTT)	(5.676)	(5.149)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 - RTT)	(8.270)	(7.895)
Reserva de reavaliação	(430)	(472)
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	(19.617)	(22.572)
Saldo Inicial	(22.572)	(3.562)
Estorno Compensação Refis (Nota 16)	-	2.596
Valor registrado ao resultado do exercício	2.955	(21.606)
Saldo Final	(19.617)	(22.572)

i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

A Companhia apresenta prejuízo fiscal acumulado de R\$ 107.455 (R\$ 97.929 em 31 de dezembro de 2015) e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 107.415 (R\$ 97.889 em 31 de dezembro de 2015) em 31 de dezembro de 2016, representando um crédito tributário de R\$ 36.531 (R\$ 33.292 em 31 de dezembro de 2015). A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

18. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia mantém provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para litígios constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destes litígios está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.323	-	6.384	7.707
Constituição de provisões	-	-	2.415	2.415
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.323	-	8.799	10.122
Depósitos judiciais relacionados	(200)	-	-	(200)

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos

consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>31/12/2016</u>
Ações trabalhistas	1.378
Ações tributárias	9.064
Total de perdas possíveis	10.442

Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas. Ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realizada as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 9.214, sendo composto por 343.000 (trezentas e quarenta e três mil) ações ordinárias escriturais e 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações preferenciais escriturais, totalizando 583.000 (quinhentas e oitenta e três mil) ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- a) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
- b) Participação em igualdade de condições, com as demais ações, ressalvado o disposto no item "a", na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes da Reserva de Capital, de Reavaliação de Ativos, de Capitalização de Reservas de Lucro ou das utilizações de quaisquer fundos.
- c) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de encerramento das atividades da Sociedade.
- d) Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, pelas mesmas condições desta alienação.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se ao custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao CPC/IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizados o montante de R\$ 1.152 (R\$ 1.430 em 31 de dezembro de 2015) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de lucros acumulados.

20. TRANSAÇÕES E SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS

O acionista controlador da Companhia é o Sr. João Stramosk, o qual possui 90% das ações ordinárias e 34,72% das ações preferenciais.

A Companhia mantém as seguintes transações com partes relacionadas.

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos aos administradores (Ativo não circulante)	592	946
Pró-labore (Passivo circulante) (a)	195	695

(a) Valores classificados em obrigações sociais e trabalhistas.

As transações estabelecidas e acima apresentadas não preveem qualquer atualização sobre os termos firmados.

A Companhia mantém contrato de representação comercial com acionista. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram registrados R\$ 703 a título de comissão (R\$ 704 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Remuneração dos administradores

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2016, os montantes da remuneração anual paga ao pessoal chave da administração são divulgados a seguir, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Membros	31/12/2016	31/12/2015
Conselho de administração	3	977	1.258
Diretoria administrativa	1	862	1.183
		1.839	2.441

Em 31 de dezembro de 2016 a administração da Companhia era composta por 3 conselheiros e 1 diretor estatutário. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites aprovados pela AGO.

Não há benefícios de longo prazo, pós-emprego.

21. RECEITA DE VENDAS

	31/12/2016	31/12/2015
Receita reposição/revenda mercado interno	68.605	67.615
Receita montadora mercado interno	53.135	60.309
Receita Ferroviário	10.563	9.467
Receita mercado externo	17.641	18.905
Receita venda sucata	139	218
Receita operacional bruta	150.083	156.514
(-) Deduções e abatimentos	(745)	(2.693)
(-) Impostos sobre as vendas	(40.307)	(39.626)
Receita operacional líquida	109.031	114.195

22. DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas por natureza	31/12/2016	31/12/2015
Custos dos produtos/serviços vendidos	(81.630)	(102.017)
Despesas com vendas e distribuição	(10.706)	(13.072)
Despesas gerais e administrativas	(7.132)	(9.273)
Outras receitas e despesas	1.612	9.787
Total despesas por natureza	(97.856)	(114.575)

Despesa por função	31/12/2016	31/12/2015
Custos dos bens e serviços	(29.639)	(38.869)
Despesa com comissões	(4.967)	(4.904)
Despesa com fretes	(1.726)	(2.010)
Outras despesas com vendas	(56)	(157)
Despesa com folha de pagamento	(39.966)	(51.951)
Energia elétrica	(6.681)	(8.397)
Serviços de terceiros	(8.684)	(8.444)
Outras despesas administrativas	(1.833)	(3.684)
Despesa com depreciação e amortização	(5.916)	(5.946)
Outras receitas e despesas operacionais	1.612	9.787
Total despesas por função	(97.856)	(114.575)

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de receita	2.024	2.438
Indenizações recebidas	103	-
Receitas diversas	2.118	9.115
Despesas diversas	(2.633)	(1.766)
Total outras receitas e despesas	1.612	9.787

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas financeiras	31/12/2016	31/12/2015
Variação cambial ativa	3.833	7.356
Empréstimos subsidiados	155	355
Receitas sobre aplicação financeira	6	-
Juros recebidos	66	101
Descontos obtidos	114	18
Outras receitas financeiras	5	29
Total receitas financeiras	4.179	7.859
Despesas financeiras	31/12/2016	31/12/2015
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.141)	(8.785)
Multa e juros sobre fornecedores	(433)	(1.158)
Multa e juros sobre impostos	(19.015)	(17.728)
Variação cambial	(4.294)	(9.437)
Descontos concedidos	(2.975)	(3.222)
IOF	(213)	(161)
Refis	-	(5.110)
Outras despesas	(929)	(564)
Total despesas financeiras	(34.000)	(46.165)
Resultado financeiro líquido	(29.821)	(38.306)

25. PREJUÍZO POR AÇÃO

A Companhia apresenta o mesmo valor do resultado, básico e diluído, por não possuir ações potenciais diluídas:

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(15.691)	(60.292)
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	343.000	343.000
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	240.000	240.000
Resultado básico e diluído por ação ordinária – R\$	(25,85)	(99,33)
Resultado básico e diluído por ação preferencial – R\$	(28,44)	(109,26)

26. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Empréstimos e financiamentos: São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

	Moeda	31/12/2016	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
Ativos								
Contas a receber	US\$	1.201	3,26	2	4,08	987	4,89	1.959
Passivos								
Financiamentos	US\$	246	3,26	-	4,08	(202)	4,89	(401)
Efeito no resultado				2		785		2.118

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. Os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

	Indexador	31/12/2016	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
Capital de giro/Financ.	CDI	17.621	13,38%	(2.358)	16,73%	(2.948)	20,07%	(3.537)
Badesc	TJLP	1.632	7,00%	(114)	8,75%	(143)	10,50%	(171)
Prodec	-	5.001	2,00%	(100)	2,50%	(125)	3,00%	(150)
Finep	-	732	5,00%	(37)	6,25%	(46)	7,50%	(55)
Efeito no resultado				(2.609)		(3.263)		(3.913)

c) Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração.

d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas.

27. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Em função da concentração de suas atividades descritas na Nota 1, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia são comercializados através de diferentes canais de distribuição e não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda; e,
- a sua unidade fabril é única para todos os produtos.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita líquida e o custo por canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	Reposição		Montadora		Ferroviário		Exportação		Total	
	31/12/2016	31/2/2015	31/12/2016	31/2/2015	31/12/2016	31/2/2015	31/12/2016	31/2/2015	31/12/2016	31/2/2015
Receita líquida	42.628	43.061	40.213	45.925	8.866	7.204	17.325	18.005	109.031	114.195
Custos sobre vendas	24.459	(32.098)	38.520	(46.340)	6.777	(8.706)	11.875	(14.873)	81.630	(102.017)
Lucro/Prejuízo	2.555	(20.712)	(11.271)	(29.937)	(629)	(6.835)	54	(2.808)	(15.691)	(60.292)

A receita do mercado externo e interno está demonstrada na Nota 21.

A companhia possui 3 clientes que individualmente representam aproximadamente 25,2% das vendas os quais destacamos: i) Mercedes-Benz do Brasil Ltda; ii) International Indústria Automotiva da América do Sul Ltda; e iii) Scania Latin America Ltda.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas são de responsabilidade da administração da Companhia. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pela tabela FIPE)	Veículos	R\$ 200 (Mil)	Diversos
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R\$ 80.000 (Mil)	De 18/03/2016 a 18/03/2017